

MEMORIAL DESCRITIVO ACADÊMICO-PROFISSIONAL

Candidato: Eduardo Lopes Jonker **Linha de Pesquisa:** Gestão Pública

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

1 IDENTIDADE PROFISSIONAL: LIDERANÇA, GOVERNANÇA SISTÊMICA E A VANGUARDA DA PROTEÇÃO DE DADOS

A minha identidade profissional é o resultado de uma metamorfose contínua e deliberada, iniciada há quatro décadas sendo quase vinte anos dedicados ao núcleo técnico de Gestão e Tecnologia da Informação e consolidada, hoje, no centro estratégico da Administração Pública Estadual de Santa Catarina. Não compreendo a minha trajetória apenas como um acúmulo sucessivo de cargos, mas como um percurso reflexivo e prático sobre como a tecnologia molda e deve ser moldada por princípios éticos e democráticos. Atualmente, desempenho o papel fundamental de Gerente de Tecnologia da Administração na Secretaria de Estado da Administração (SEA/SC), onde exerço a função estratégica de Encarregado Adjunto pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO Adjunto). Nesta posição, atuo na intersecção entre a inovação tecnológica e a segurança jurídica, liderando a implementação de políticas públicas de segurança da informação que harmonizam a eficiência operacional com o respeito inegociável à privacidade do cidadão.

A gênese desta liderança estratégica remete à minha atuação na Prefeitura Municipal de Biguaçu (2008-2017). Como Gerente de Informática, tive a responsabilidade de coordenar um dos projetos de modernização administrativa e financeira mais ambiciosos da região, realizado em parceria direta com o Ministério da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este projeto foi o meu primeiro contato profundo com o conceito de Valor Público. Ao supervisionar a implementação de sistemas ERP avançados e o desenvolvimento do projeto Cidade Digital, percebi que a tecnologia no setor público não é um fim em si mesma, mas um meio para democratizar o acesso e otimizar recursos escassos. Ali, enfrentei os primeiros desafios do que a literatura define como sludge as fricções burocráticas que oneram o cidadão e aprendi que a digitalização sem governança é apenas a automatização da ineficiência.

Em 2017, a minha jornada avançou para o nível estadual ao assumir a Gerência de Tecnologia da Informação no Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV/SC). Este período foi marcado pela necessidade de garantir a sustentabilidade de serviços críticos que afetam a vida de milhares de beneficiários. No IPREV, liderei a modernização da infraestrutura

de TI, mas o marco mais significativo foi a minha participação ativa no Grupo de Trabalho interno para implementação da LGPD. Fui um dos protagonistas na construção de mecanismos para o atendimento aos direitos fundamentais de privacidade dos segurados, atuação reconhecida com a conquista do Prêmio CGE-SC de Práticas Inovadoras (Categoria Prata).

Hoje, na SEA/SC, a minha atuação é sistêmica. Como Gerente de Tecnologia do Centro Administrativo e DPO Adjunto, a minha missão é mediar o "choque de cultura" institucional exigido pela proteção de dados, mitigando o design-reality gap — o descompasso entre as promessas tecnológicas e a entrega real aos cidadãos. Complemento esta identidade com a participação ativa nos Comitês de Governança da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), onde colaboro na formulação de diretrizes para assegurar a soberania tecnológica e a transparência algorítmica do Governo Digital catarinense.

2 IDENTIDADE ACADÊMICA: PESQUISA, CIÊNCIA DE FRONTEIRA E SOBERANIA TECNOLÓGICA (CONTINUAÇÃO)

A solidez do meu percurso acadêmico é sustentada por um esforço contínuo de multidisciplinaridade, materializado em um histórico de oito especializações estratégicas. Diferente de uma trajetória linear, minha formação buscou integrar o domínio técnico da "máquina" com a complexidade da gestão pública e do direito digital. Um pilar fundamental dessa base é a minha especialização em Segurança de Redes de Computadores, que me conferiu a expertise necessária para compreender a arquitetura técnica por trás da proteção de dados. Este conhecimento em segurança cibernética é o que me permite hoje, como DPO Adjunto, transitar com autoridade entre o jurídico e o técnico, compreendendo não apenas o que a lei exige, mas como a infraestrutura de rede deve ser configurada para mitigar vulnerabilidades e garantir a integridade dos ativos informacionais do Estado.

O ápice dessa integração entre técnica e norma consolidou-se em minha especialização voltada à Gestão de Regimes Próprios de Previdência (RPPS) pela Fundação Escola de Governo (ENA). Foi neste cenário que desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), focado especificamente na implantação e adequação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV). Sob a orientação do Dr. Jose Francisco Bernardes, minha pesquisa mapeou os desafios práticos de conformidade em uma autarquia que gerencia dados extremamente sensíveis de milhares de segurados. Esse estudo não apenas validou minha competência como pesquisador-praticante, mas serviu de laboratório para o

desenvolvimento da cartilha de privacidade do órgão e para a conquista do Prêmio CGE-SC de Práticas Inovadoras (Categoria Prata).

Atualmente, essa identidade como pesquisador é fortalecida pela minha atuação como Bolsista na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrando o Grupo de Pesquisa em Inteligência Artificial na Educação (GPIAE), vinculado ao CNPq. Esta inserção permite-me aplicar meus conhecimentos prévios de segurança de redes e governança de dados no desenvolvimento de arquiteturas de software e algoritmos de IA. Minha produção científica recente (2025-2026) — com destaque para os três artigos apresentados no CASI 2025 e as publicações na Revista FOCO — reflete esse amadurecimento: discuto a Governança Algorítmica e a Auditoria Ética não como conceitos abstratos, mas como extensões necessárias da segurança de redes e da proteção de dados que venho estudando ao longo de toda a minha vida acadêmica.

Com a metodologia Design Science Research (DSR), pretendo converter esse acúmulo de especializações e vivências em um artefato de gestão único no Mestrado da UDESC/ESAG. Meu objetivo é criar um framework de governança que harmonize a robustez técnica da segurança de redes com a sensibilidade jurídica da LGPD, assegurando que a transformação digital de Santa Catarina seja soberana, segura e centrada na proteção do cidadão.

3 CONCLUSÃO: O MESTRADO COMO CATALISADOR DE VALOR PÚBLICO E SOBERANIA TECNOLÓGICA

A decisão de ingressar no Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG não representa apenas a busca por uma titulação, mas sim o passo natural e necessário para consolidar um ciclo de contribuições que venho desenvolvendo na intersecção entre a gestão pública catarinense e a academia. Ao longo das últimas duas décadas, acumulei um conhecimento tácito sobre as engrenagens do Estado que, agora, sinto a responsabilidade de sistematizar e devolver à sociedade sob a forma de ciência aplicada e artefatos de governança robustos.

Minha trajetória recente demonstra que já transito com fluidez no ambiente acadêmico. A intensa produção bibliográfica e a exposição em congressos de relevância nacional e internacional entre 2025 e 2026 — como o CASI, o CAEduca e o COMACON — são evidências de que minha pesquisa não é meramente teórica; ela é validada por pares e conectada com os dilemas reais da administração contemporânea. No entanto, busco no Mestrado da ESAG o ambiente de excelência necessário para ampliar esse alcance. Minha participação ativa

como bolsista na UFSC e meu vínculo com o CNPq já me colocam na fronteira do desenvolvimento tecnológico, mas é através da linha de Gestão Pública da UDESC que pretendo refinar o olhar crítico sobre a Governança Algorítmica e a Conformidade à LGPD.

Busco este mestrado porque acredito que o Estado de Santa Catarina possui o potencial para ser referência nacional em Ética de Dados e Inteligência Artificial. Minha inserção estratégica como DPO Adjunto na SEA e Gerente de Tecnologia do Centro Administrativo me permite ser o elo entre a teoria acadêmica e a implementação prática. Pretendo, portanto, contribuir não apenas com o corpo discente, trazendo a casuística real de projetos financiados pelo BID e da implantação da LGPD premiada no IPREV, mas também elevar o debate sobre como reduzir o design-reality gap em nossas instituições.

Em suma, este mestrado é o compromisso de um servidor-pesquisador que deseja continuar produzindo ciência de impacto, expandindo a presença catarinense nos grandes fóruns de administração e, acima de tudo, construindo soluções soberanas que garantam que a transformação digital do nosso Estado seja eficiente, segura e profundamente humana.

Este mestrado na ESAG não é apenas um objetivo acadêmico, mas o passo lógico para converter duas décadas de experiência técnica e as minhas recentes produções em 2025 e 2026 em políticas públicas baseadas em evidências. Comprometo-me a entregar uma dissertação que reduza o 'design-reality gap' nas instituições catarinenses, garantindo que a inteligência artificial sirva, acima de tudo, ao cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPD. **Guia orientativo:** tratamento de dados pessoais pelo poder público. Brasília: Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 2022.

DIAS, T. F.; SANO, H.; MEDEIROS, M. F. M. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública.** Brasília: Enap, 2019.

JONKER, E. L. **Governança Algorítmica e Controle de Gestão:** um modelo de analítica prescritiva e auditoria ética para o setor público estadual. Revista FOCO, v. 19, 2026.

LIMBERGER, T. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI):** um diálogo (im)possível? Revista de Direito Administrativo, v. 281, n. 1, p. 113-144, 2022.

SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa.** São Paulo: Intercom, 2024.

SILVESTRE, H. C. A **(Nova) Governança Pública**. Brasília: Enap, 2019.